



Quatro Anos de Governação Nyusi: Entre Crescimento e Abastardamento

António Francisco

Decorridos quatro anos do mandato do Presidente Filipe Nyusi, duas questões fundamentais merecem a maior atenção, em qualquer avaliação e balanço da sua governação: 1) Contribuiu para melhorar ou piorar os direitos e as liberdades fundamentais do cidadão? 2) Melhorou ou piorou a liberdade económica e o desenvolvimento de um mercado saudável, dinâmico e progressivo? Procurarei responder a estas duas questões, de forma simples e directa, deixando para outros, a sistematização cronológica dos acontecimentos que poderão ilustrar e fundamentar os aspectos aqui destacados.

Como forma de contextualizar o meu comentário, recorro a resposta que dei a um jornalista em Dezembro de 2014, após a confirmação de Filipe Nyusi como futuro Presidente da República (PR) de Moçambique. Tratando-se de uma personalidade política relativamente anónima, sem carreira política, nem experiência de liderança em nenhum órgão do seu partido, a Frelimo, e principalmente na Administração Pública, limitei-me a sublinhar dois pontos: Admiti que o novo PR merecia o benefício da dúvida; e manifestei a esperança que fizesse algo de substantivo, no sentido de reduzir a elevada apetência e orientação predadora prevalentes na governação precedente.

Volvidos quatro anos, que avaliação faço dos quatro anos de governação do PR, sob o ponto de vista político e económico? Esta foi a questão que me foi colocada pelo Semanário Savana. A resposta foi publicada na sua edição de 18 de Janeiro de 2019, a qual é convertida neste IDeIAS, com ligeiros ajustes. Em resumo, a apreciação que faço da governação do Presidente Nyusi é que tem sido uma experiência fastidiosa e extremamente onerosa, para a sociedade moçambicana em geral, e muito em particular para a sociedade civil e a economia privada.

1) Sobre os direitos e as liberdades fundamentais do cidadão

Do ponto de vista político, tanto os esforços de democratização como de afirmação da sociedade civil enfrentaram elevados obstáculos e pagaram um custo que dificilmente poderá ser avaliado em termos

financeiros e económicos. A lista de assassinatos selectivos, consumados ou não, com fortes indícios de motivação política inescrupulosa e em muitos casos perpetrados em pleno dia, é extensa e chocante.

No mínimo, recordar algumas das inúmeras vítimas, em várias partes do país, poderá servir para não deixar margem para dúvidas, aos que porventura não tenham consciência da dimensão desta saga e ficam surpreendidos com a generalizada associação de tais crimes à acção hedionda e impune dos chamados “esquadrões da morte”; uma acção que para muitos cidadãos beneficia da convivência de várias entidades do Estado.

4 anos marcados por:

- **Dezenas de execuções sumárias por “esquadrões da morte” ainda à solta; sucessivas fraudes eleitorais; recorrentes hostilidades político-militares; raptos de empresários e outras agressões físicas e psicológicas aos cidadãos; nova tensão militar em Cabo Delgado, sem fim à vista.**
- **Escândalo das dívidas ilegais e fraudulentas, no valor de \$2 mil milhões de dólares, recentemente legalizado e incorporado no Orçamento do Estado.**
- **Aposta numa estratégia de crescimento refém da poupança externa, controle e intervencionismo estatal e restrição da liberdade económica dos cidadãos e das empresas privadas.**

Por outro lado, apesar de não estar em condições de arrolar a maioria das vítimas, quer de assassinatos consumados quer espancamentos e outros, pelo menos é possível recordar as que mereceram de algum mediatismo público: Gilles Cistac (Março 2015), Jeremias Pondeca (Outubro 2015), Inlamo Ali Mussa (Agosto 2015), Manuel Bissopo (Janeiro 2016), Filipe Jonasse Machatine (Fevereiro 2016), Aly Jane (Março 2016), José Manuel (Abril 2016), Marcelino Vilankulos (Abril 2016), Jaime Macuane (Maio 2016), José Fernando Nguiraze (Junho 2016), Jorge Abílio (Setembro 2016), Armindo Nkutche (Setembro 2016), Mahamudo

Amurane (Outubro 2017), Ericino Salema (Março 2018).

Quantos assassinatos, agressões e violações (físicas e psicológicas) serão precisos, para se poder concluir sem receio de exagero que os direitos e liberdades fundamentais dos moçambicanos foram “capturados” pelo crime, nos últimos quatro anos? Não existe uma resposta precisa, nem mesmo indicativa; mas se adicionarmos a este balanço outros acontecimentos preocupantes que também marcaram os últimos quatro anos de governação, o resultado é devastador. Basta referir, por exemplo: A vaga de instabilidade político-militar entre as forças governamentais e o partido Renamo, decorrente das irregularidades no apuramento das eleições gerais de Outubro de 2014; a continuidade de raptos de empresários e assaltos à mão armada a cidadãos, nacionais e estrangeiros; a desastrosa gestão e violência exercida pelas autoridades nas recentes eleições autárquicas de Outubro 2018, com expoente mais escandaloso observado na eleição repetida no Município de Marromeu; e a mais recente vaga de distúrbios, assassinatos e destruição na Província de Cabo Delgado, atribuída aos chamados “insurgentes”.

Perante o role de acontecimentos e incidentes acima referidos, é preciso uma enorme capacidade imaginativa e coragem emocional, revestidas de elevado cinismo e despudor, para se fazer vista grossa às suas consequências e implicações, e ainda concluir existirem motivos suficientes para acreditar que o futuro político de Moçambique, a curto prazo, inspira confiança. Isto é sustentado pela deterioração de avaliações internacionais, como por exemplo: o índice de corrupção da Transparência Internacional deteriorou-se paulatinamente, no decurso da presente década, tendo caído seis lugares nos últimos dois anos. O Índice de Estados Frágeis (*Fragile States Index - FSI*) retrata uma progressiva fragilização do Estado Moçambicano do nível de “Alto Risco” (74,8 pontos em 2006) para “Risco Muito Alto” (88,7 pontos em 2018). O Índice de Democracia 2018 da revista *The Economist*, recentemente publicado, pela primeira vez avalia Moçambique como um “regime autoritário” em vez de “regime híbrido”.

Quem realmente defende uma liberdade equitativa e inclusiva terá que reconhecer que só a justiça e não os discursos débeis proferidos por mera conveniência, poderá converter-se em força motriz das acções políticas, assentes em princípios morais e de justiça consistentes com a natureza humana que rejeita a violência nos afazeres dos moçambicanos.

2) A liberdade económica fortaleceu ou fragilizou-se?

Qualquer melhoria na liberdade económica e no mercado, nos últimos quatro anos, deve-se principalmente aos cidadãos e empresas privadas e não ao Estado. Este último continua a apostar num activo intervencionismo estatal e controlo político e burocrático e político das actividades produtivas dos cidadãos.

Desde o início do presente Milénio, a economia moçambicana registou quinze anos de crescimento relativamente elevado, mas fortemente comandado e intervencionado pelo Estado. Recorde-se que os principais recursos naturais, a começar pela propriedade da terra e controlo da troca de títulos fundiários, continuam legalmente monopólio exclusivo do Estado. Na prática, o monopólio estatal institucionalizou a informalidade fundiária e converteu o crescimento económico em abastardamento; ou seja, um crescimento degenerativo, manipulado e pervertido, através da alocação política e burocrática dos recursos naturais; progressiva degradação institucional e adulteração das regras de mercado e da estratégia de crescimento económico do Estado.

Em meados desta década, o abastardamento caracterizava-se por dois processos negativos para a economia nacional: 1) Persistente aumento das despesas públicas, significativamente acima das receitas, numa perspectiva perversa do que alguns consideram tratar-se de um Keynesianismo pró-activo; 2) Fortalecimento de mecanismos corrompidos e corruptores do sistema financeiro e económico, que teve como expoente máximo o escândalo das chamadas dívidas ocultas e ilegais que envolveu cerca de dois mil milhões de dólares americanos e continua sem solução à vista.

À primeira vista, a quebra observada no crescimento económico, na segunda metade desta década, deveu-se à revelação internacional das dívidas ilegais e fraudulentas, em Março de 2016. Mas uma análise mais atenta pode mostrar que tal interpretação reflecte uma associação simplista entre o crescimento económico e o endividamento externo. Somente parte do investimento directo estrangeiro e da ajuda externa terão reduzido devido à suspensão do apoio do Fundo Monetário Internacional (FMI) e de outros parceiros internacionais que contribuíam para Orçamento do Estado. Outras razões de carácter conjuntural, a nível nacional e sobretudo internacional, justificaram o desinvestimento ou adiamento de certos investimentos estrangeiros. Por outro lado, como testemunham os dados da Conta Geral do Estado, tanto as receitas como as despesas públicas não pararam de crescer, nos últimos

quatro anos. O mesmo deverá acontecer com o Orçamento do Estado de 2019, aprovado em Dezembro passado; prevê um aumento da despesa e da arrecadação de receitas, acima de 10%, bem como um défice recorde de 91 mil milhões de Meticals.

A despeito do empenho do Estado em assegurar a expansão das receitas e despesas públicas, nenhuma entidade de investigação económica, minimamente credível e realista, prevê que um novo ciclo de crescimento económico substantivo, seja retomado até ao fim desta década. Algumas arriscam a previsão de ligeiras melhorias, decorrentes de investimentos externos associados à preparação da exploração do gás natural, prevista para iniciar em meados da próxima década. Porém, a questão mais importante que merece ser avaliada, diz respeito à natureza e substância da estratégia de crescimento económico, implementada na presente governação. No fundamental, em nada mudou, muito menos melhorou, comparativamente à estratégia de crescimento prevalecente nas legislaturas anteriores. Persiste a aposta numa estratégia de crescimento refém da substituição da poupança interna pela poupança externa, expectante que os avultados investimentos estrangeiros previstos para a exploração do gás natural, venham quanto antes revigorar e tonificar a crónica toxicodependência pela ajuda e os financiamentos externos.

Quanto à expectativa que algo seja feito para reфир e contrariar a natureza predadora, garimpeira e rentista da estratégia de crescimento económico prevalecente nas governações anteriores, pouco ou nada se avançou. Na verdade, se a governação do Presidente Nyusi não conseguiu superar os financiamentos externos, legais e ilegais, mobilizados durante a governação Guebuza, não foi por falta de vontade - apenas se deveu ao descrédito causado pela trapalhada provocada pelo avultado endividamento fraudulento das três empresas (EMATUM, Proindicus e MAM) criadas pelo Serviço de Informação e Segurança do Estado (SISE).

Infelizmente, a vontade de aprender e algo fazer para que o escândalo das dívidas fraudulentas não se repita, escasseiam ao nível do Executivo e das principais entidades responsáveis por velar pelo cumprimento da legislação em vigor. As medidas anunciadas pelo Governo, alegadamente destinadas a corrigir e disciplinar a execução financeira e orçamental, apenas têm visado recuperar a cooperação com o FMI, sem nunca prejudicar o controlo partidário da máquina administrativa. Paralelamente às alegadas medidas de consolidação fiscal, o Governo intensificou a arrecadação de receitas visando expandir as despesas públicas. Para isso, apostou na expansão do endividamento interno, por via de títulos do tesouro, a fim de compensar a quebra no endividamento externo; beneficiou das medidas restritivas do Banco de Moçambique, centradas na desidratação de recursos financeiros das famílias e das empresas privadas, visando sustentar o financiamento de empresas públicas em falência técnica e sectores públicos socialmente menos prioritários.

Num contexto como este, por mais que a economia privada se empenhe em livrar o país do buraco em que o Estado o mergulhou, dificilmente irá consegui-lo, enquanto o sector público teimar em escavá-lo, mantendo empresas públicas deficitárias, protegendo negócios de legalidade e viabilidade duvidosas e pouco fizer para contrariar a fragilização da liberdade económica dos moçambicanos. Não é por acaso que o Índice de Liberdade Económica (ILE) da *Heritage Foundation* e do *Wall Street Journal*, um indicador muito irritante para os intervencionistas ideológicos e de conveniência, avalie a actual economia moçambicana como “reprimida”. O ILE de 2018 testemunha a deterioração do Estado de direito, a inoperância da legislação em contrariar o contrabando e tráfico de pessoas e de drogas, bem como a agressão imposta ao arranjo social de trocas voluntárias de bens e serviços e a perversão da abertura do mercado.

O Executivo não poupou esforços, nem descansou, até conseguiu que a Assembleia da República legalizasse e incorporasse as dívidas ilegais e fraudulentas no Orçamento do Estado. À medida que a investigação internacional surge com fortes evidências que comprovam a natureza e dimensão fraudulenta das dívidas ex-ocultas (inicialmente, através da auditoria internacional da Kroll e mais recentemente por via da acusação formal das autoridades judiciais dos Estados Unidos). Vamos ver como é que as autoridades moçambicanas irão enfrentar e lidar com os credores e a opinião pública nacional.

De qualquer forma, a conversão da estratégia de crescimento governamental em estratégia de abastardamento está ficando mais clara. Percebe-se, cada vez melhor, que as dívidas ilegais só foram possíveis devido à conjugação de ardilosas acções de piratas privados (internacionais e nacionais), burocratas corruptos e políticos inescrupulosos. E se isto fosse um caso isolado e excepcional, poderíamos dar-mo-nos por felizes. Como tem mostrado a investigação que o IESE tem realizado à execução do Orçamento do Estado, as recentes dívidas fraudulentas são apenas um caso, entre outras práticas orçamentais questionáveis (e.g. desorçamentação), capazes de desestabilizarem as contas públicas (sobre isto ver relatórios das auditorias à Conta Geral do Estado do Tribunal Administrativo).

Será que no último ano desta legislatura e eventualmente na próxima se o Presidente Nyusi renovar o seu mandato, algum esforço irá ser realizado, com vista a que Moçambique deixe de ser um paraíso para rentistas, garimpeiros, predadores e ladrões, ao mesmo tempo que tem sido um inferno para os empreendedores, produtores e trabalhadores? O tempo dirá, mas se nada de positivo e substantivo for feito, nos próximos anos, dificilmente a derrapagem testemunhada pelas agências internacionais de *rating*, será revertida da “falência selectiva” em que Moçambique mergulhou, para o patamar “altamente especulativo” em que se encontrava anteriormente. Neste cenário, poucos motivos sobram, para acreditar num estado da nação estável e inspirador de confiança.